



ACÓRDÃO Nº2217/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12121/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM.
- 4- **Exercício:** 2021.
- 5- **Responsável:** Ordival Leite Rubim Filho (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAÍ.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6555/2022-DIMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - IDAM. Exercício de 2021.

Regularidade com ressalvas. Multa. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Ordival Leite Rubim Filho**, Secretário Administrativo e Financeiro e Ordenador da Despesa do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), exercício 2021, nos termos art. 22, inciso II da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM c/c artigo 188, inciso II e §1º, inciso II da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, uma vez que permaneceram achados de auditoria não sanados;
- 10.2. **Aplicar multa** ao **Sr. Ordival Leite Rubim Filho** no valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), nos termos do art. 54, inciso VII da Lei AM nº 2.423/1996-LOTCEAM, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE”, em face das impropriedades não sanadas constantes da Notificação nº 53/2022-DICAÍ:



ACÓRDÃO Nº2217/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.2.1. Achado 9.1, alínea “d” e “e”, violação ao art. 38, parágrafo único e art. 67 da Lei nº 8.666/1996 (ausência de fiscal de contrato e Parecer jurídico de aprovação da minuta);

10.2.2. Achado 9.2, alínea “d” e “e”, violação aos art. 7º inciso I, §9º; art. 14; art. 15, § 7º, incisos I, II e III da Lei nº 8.666/1993 c/c Lei nº 10.520/2002, art. 3º, incisos I e II (ausência do termo de referência).

10.2.3. Achado 10, alíneas “c” e “d”, violação aos art. 38, parágrafo único e art. 67 da Lei nº 8.666/1993 (ausência do relatório de acompanhamento e fiscalização da execução contratual e do Parecer Jurídico de aprovação da minuta); e

10.2.4. Achado 11, violação ao artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/1996 (ausência da comprovação da vantajosidade dos termos aditivos);

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Aplicar multa ao Sr. Ordival Leite Rubim Filho no valor de **R\$3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), nos termos do art. 54, inciso II, alínea “b” da Lei AM nº 2.423/1996-LOTCE-AM, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE”, em face sonegação de documentos em inspeção a esta Corte de Contas (alínea “d” do achado 3.1 da Notificação nº 53/2022-DICAI).

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.4. Dar ciência ao Sr. Ordival Leite Rubim Filho, acerca do julgado.

10.5. Dar ciência ao Sr. Valdenor Pontes Cardoso, acerca do julgado.



ACÓRDÃO Nº2217/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

11- Ata: 45ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 13 de dezembro de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES

Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral